**MODELO DE RELATÓRIO FINAL**

PAR n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/20\_\_\_\_\_

**RELATÓRIO FINAL**

**I. INTRODUÇÃO**

Trata-se do Processo Administrativo de Responsabilização nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, instaurado(a) pela Resolução/Portaria “P” nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), publicada no Diário Oficial do Estado nº \_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_(dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), tendo por objetivo apurar as responsabilidades de pessoa(s) jurídica(s) descritas no referido processo, que, conforme consignado, teria supostamente praticado a seguinte irregularidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (indicar, de forma sucinta, a suposta irregularidade).

No curso do processo ocorreram prorrogação de prazo para conclusão do procedimento e recondução da Comissão Processante, nos termos das Decisões a seguir relacionadas:

Decisão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), publicada no Diário Oficial do Estado , de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. ......);

Decisão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), publicada no Diário Oficial do Estado, de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. ...…).

(indicar todas as decisões publicadas no decorrer do processo, quando for o caso)

No estrito cumprimento das atribuições fixadas pelas decisões especificadas no item anterior do presente Relatório, constata-se que os atos produzidos pela Comissão foram realizados tempestivamente, com amparo nas designações e reconduções realizadas pelo Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da autoridade instauradora), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo da autoridade instauradora), conforme o prazo legal previsto na presente norma.

**II. FATOS QUE ORIGINARAM A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO**

O presente Processo Administrativo de Responsabilização originou-se do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Ofício, Memorando, Nota Técnica, Registro Ouvidoria, etc.) nº \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls\_\_\_\_\_ do Processo nº \_\_\_\_\_\_), da lavra do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (indicar a autoridade ou servidor signatário), que encaminhou ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (indicar o órgão instaurador) informações acerca de possível irregularidade cometida por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da Pessoa Jurídica).

Para melhor compreensão do tema, transcreve-se o seguinte trecho do mencionado documento (ou, em síntese, o mencionado documento informa que):

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**III. INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

A Comissão processante iniciou seus trabalhos em de \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), conforme se infere na Ata de Instalação e Deliberações da Comissão colacionada às fls. \_\_\_\_\_\_, tendo adotado como providências iniciais:

[indicar as providências adotadas; exemplos: a comunicação de instalação ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo da autoridade instauradora) (fls. \_\_\_\_); a designação do servidor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo), matrícula nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, lotado no \_\_\_\_\_\_ (sigla da unidade de lotação), como Secretário da Comissão.

Em seguida, a Comissão Processante lavrou a Nota de Indiciação e notificou \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da Pessoa Jurídica) em \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. \_\_\_\_), dando-lhe plena ciência dos documentos que embasaram a instauração do presente processo administrativo de responsabilização, além de lhe ter fornecido cópia das fls. \_\_\_\_ a \_\_\_\_ dos autos. Na mesma oportunidade, a pessoa jurídica fora notificada para apresentação de Defesa Escrita e especificação de provas que pretendesse produzir (fls. .....)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da Pessoa Jurídica) apresentou, em \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. \_\_\_\_), portanto tempestivamente (ou intempestivamente), Defesa Escrita contendo requerimento da produção de prova \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (informar as provas requeridas pelo acusado; exemplos: testemunhal, pericial), trazendo em anexo cópia dos documentos a seguir relacionados: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (especificar).

A Comissão processante, conforme reunião realizada em \_\_\_\_, \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), deliberou pelo deferimento (ou indeferimento) da produção de provas requeridas pela pessoa jurídica (fls.\_\_\_\_). (Na hipótese de indeferimento, deve-se justificar os motivos determinantes da deliberação)

Foram expedidos os ofícios \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (especificar os ofícios expedidos e os órgãos destinatários) e determinadas as seguintes providências: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (especificar).

Posteriormente, a Comissão Processante designou as datas das oitivas das testemunhas, tendo sido a empresa acusada devidamente intimada acerca de tal ato em \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. \_\_\_\_\_).

Prosseguindo no feito, a Comissão Processante promoveu a oitiva das testemunhas a seguir mencionadas, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (indicar: na presença do representante legal da pessoa jurídica e de seu procurador constituído ou ausente o acusado, embora regularmente intimado): empregado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da testemunha), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo); empregado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da testemunha), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo); empregado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da testemunha), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (cargo); etc.

Foram produzidas outras provas consubstanciadas em: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

O representante legal da \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da Pessoa Jurídica), Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, foi intimado acerca da data da realização do interrogatório em \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. \_\_\_).

O interrogatório do representante legal da \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da Pessoa Jurídica) foi realizado em \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano), na presença do procurador constituído \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (se for o caso) (fls. \_\_\_).

Ademais, a Comissão Processante informa que \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(elencar todos os atos e incidentes processuais).

**IV. ANÁLISE DAS PROVAS E DEFESA ESCRITA**

A Comissão Processante procedeu aos seguintes atos instrutórios \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, apurando que: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme indicado da Nota de Indiciação.

A defesa da pessoa jurídica acusada apresentou as seguintes alegações: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (especificar e analisar as alegações preliminares: a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; b) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; c) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. (especificar e analisar as alegações de mérito: a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; b) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; c) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Analisadas as provas em cotejo com a defesa, pode-se concluir que: \_\_\_\_\_. (neste tópico, deve a Comissão processante analisar pormenorizadamente as provas, indicando as conclusões que delas se pode extrair, bem como as teses alinhavadas pela defesa escrita, abordando, em linhas gerais, os aspectos a seguir elencados: a) conclusão que se extrai das provas produzidas, com indicação das folhas dos autos correspondentes; b) conteúdo da Nota de Indiciação, se houver; c) apreciação das questões preliminares referidas na defesa; d) análise de cada argumento de mérito aduzido pela defesa, com base nas provas juntadas, para refutá-los ou acatá-los com a devida motivação; e) entendimento conclusivo e fundamentado pela absolvição ou responsabilidade da pessoa jurídica quanto ao fato descrito na Nota de Indiciação;

Obs.1) em caso de absolvição: fundamentação pelo arquivamento do processo administrativo de responsabilização.

Obs.2) em caso de responsabilização da empresa: indicação do dispositivo legal ou regulamentar transgredido, da natureza e gravidade da infração cometida, dos danos ocasionados à Administração Pública, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes da empresa acusada).

**V. CONCLUSÃO**

Em virtude de todo o exposto, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, com base nos fatos apurados, levando-se, ainda, em consideração os termos da defesa apresentada pela pessoa jurídica (fls. \_\_\_\_), cujos resultados da apreciação e análise encontram-se transcritos no item \_\_\_\_, entende esta Comissão que a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (pessoa jurídica) violou \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em razão de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (motivar resumidamente), devendo ser a ela aplicada a(s) penalidade(s) de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Para a dosimetria da pena de multa pela autoridade julgadora, passamos à análise dos parâmetros definidos no art. 29 e seguintes do Decreto Estadual nº 14.890/2017.

Primeiramente, deve-se calcular o valor do faturamento bruto anual do ano anterior ao da instauração do PAR (art. 29, *caput* do Decreto Estadual nº 14.890/2017), conforme definido na Resolução CGE/MS nº 015, de 04 de abril de 2019.

Definido o faturamento bruto, analisa-se os parâmetros que aumentam o percentual da multa (art. 29, I ao VI do Decreto Estadual nº 14.890/2017).

A Comissão verificou que em relação à pessoa jurídica: não houve continuidade do ato lesivo; que o ato ilícito foi praticado por seu diretor; que o ato ilícito não ocasionou a interrupção do serviço ou da obra; que não há informações sobre sua situação econômica; que ela não é reincidente com base na Lei Federal nº 12.846/13 e recebeu a importância de R$ \_\_\_\_\_\_\_ decorrente da contratação.

Assim sendo, a tabela dos parâmetros que aumentam o percentual da multa (art. 29 do Decreto Estadual nº 14.890/2017) fica da seguinte forma:

|  |  |
| --- | --- |
| **Critérios de soma de percentual da multa** | **Percentual** |
| Continuidade atos lesivos |  |
| Ciência do corpo diretivo da PJ |  |
| Interrupção de serviço ou obra |  |
| Situação econômica da PJ – índices de liquidez e de solvência |  |
| Reincidência |  |
| Valor do contrato pretendido |  |
| **Percentual total** |  |

Quanto aos parâmetros que reduzem o percentual da multa (art. 30, I a V do Decreto Estadual nº 14.890, de 2017), a Comissão constatou o seguinte: que a infração se consumou; que não houve até o momento a comprovação de ressarcimento dos danos causados; que a pessoa jurídica colaborou com a investigação; que não houve comunicação espontânea do ato ilícito; e que não há Programa de Integridade.

Assim, a tabela dos parâmetros que reduzem o percentual da multa (art. 30 do Decreto Estadual nº 14.890/2017) fica da seguinte forma:

|  |  |
| --- | --- |
| **Critérios de subtração de percentual da multa** | **Percentual** |
| Não consumação da infração | 0% |
| Comprovação de ressarcimento do dano | Sem informação – 0% |
| Grau de colaboração da PJ | 1% |
| Comunicação espontânea do ilícito | 0% |
| Programa de Integridade | 0% |
|  **Percentual total** | **1%** |

Portanto, o percentual para o cálculo da multa será de 4% (agravantes) subtraído 1% (atenuantes), o que corresponde a 3%.

Não foi possível estimar o valor da vantagem auferida e da vantagem pretendida, pois não há informações quanto aos custos e as despesas legítimos e comprovadamente executados.

Desse modo, o valor da multa será de 3% do faturamento bruto da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

OU

Os membros da Comissão processante chegaram, ao final dos trabalhos apuratórios, à conclusão que a autoria das referidas irregularidades recai sobre a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (pessoa jurídica), e não sobre a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (pessoa jurídica ao início citado), conforme comprovam as circunstâncias e provas anteriormente relatadas no processo. Diante do exposto, firmamos a sugestão de que o presente processo deve ser arquivado e instaurado novo, a que deve responder pessoa jurídica acima apontada, uma vez que as provas colhidas nos autos a fazem despontar como responsável pelas irregularidades objeto da Decisão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número do documento instaurador e suas prorrogações), \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. \_\_\_\_).

OU

Em virtude de todo o exposto, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, com base nos fatos apurados, levando-se, ainda, em consideração os termos da defesa apresentada pela pessoa jurídica (fls. \_\_\_\_), cujos resultados da apreciação e análise encontram-se transcritos no item \_\_\_\_, entende esta Comissão que não restou comprovada a responsabilidade da empresa jurídica pelas ocorrências mencionadas na Decisão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (número do documento instaurador e suas prorrogações), \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_ (ano) (fls. \_\_\_\_), sendo que a conduta da \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (qualificação completa da empresa jurídica) não é passível de enquadramento nos atos lesivos à Administração Pública, definidos do Capítulo II, da Lei Federal nº 12.846/2013.

Ante o exposto, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (verificar a propositura aplicável ao caso concreto): diante da ausência de fatos capazes de configurar irregularidades por parte da \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (qualificação completa da empresa jurídica), esta Comissão Processante propõe o arquivamento do presente Processo Administrativo de Responsabilização.

Por fim, a Comissão processante recomenda os seguintes encaminhamentos adicionais: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (neste tópico, a Comissão processante deve elencar, se for o caso, os encaminhamentos, de acordo com a necessidade verificada durante a instrução processual, como, por exemplo, remessa de cópia digitalizada do processo disciplinar ou parte dele a determinados órgãos públicos).

Encerrados os trabalhos, a Comissão de processante submete à apreciação da autoridade instauradora os autos do presente processo.

Local/MS, \_\_\_\_ (dia) de \_\_\_\_\_\_\_\_ (mês) de \_\_\_\_\_ (ano).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do Presidente da Comissão)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do membro da Comissão)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do membro da Comissão)